

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

- (A) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização.
- (B) a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a perda de bens.
- (C) são gratuitas as ações de mandado de segurança e *habeas corpus*.
- (D) a lei deverá punir ato atentatório a liberdades com penas restritivas de direito.
- (E) a lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

2) No que concerne à organização do Estado brasileiro, assinale a opção correta:

- (A) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando, entre outras hipóteses, não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (B) O Distrito Federal bem como os territórios não podem ser divididos em municípios e novos municípios poderão ser criados mediante incorporação, fusão e desmembramento de municípios.
- (C) É vedado aos estados-membros e ao Distrito Federal (DF) legislar sobre matérias inseridas no âmbito da competência legislativa privativa da União.
- (D) As regiões metropolitanas, que podem ser criadas pelos estados-membros, são dotadas de personalidade jurídica e administração próprias.
- (E) Os municípios e os estados-membros da Federação brasileira são dotados de personalidade de direito internacional.

3) Julgue os itens seguintes, que dizem respeito ao Poder Judiciário,

- I - As causas em que a Caixa Econômica Federal atue como autora ou ré, em processos cíveis, deverão ser julgadas na justiça federal.
- II - As demandas de falência em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal sejam interessadas devem ser processadas e julgadas pelos juízes federais.
- III - Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes políticos e compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o recurso ordinário contra as sentenças advindas do julgamento desses crimes.
- IV - Os Tribunais Regionais Federais podem funcionar de forma descentralizada, constituindo Câmaras regionais, como forma de assegurar o acesso à justiça.
- V - É certo que os juízes federais são competentes para processar e julgar as ações sobre crimes contra a organização do trabalho.

Está **errado** o que consta em:

- (A) II, III e V
- (B) Somente a II
- (C) II e V
- (D) III e V
- (E) Todas as alternativas estão corretas

4) No tocante aos Direitos Políticos, a Constituição Federal brasileira estabelece:

- (a) o Governador de Estado, para concorrer a outro cargo, deve renunciar ao respectivo mandato até doze meses antes do pleito.
- (B) o alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos e analfabetos, embora seja este último inelegível.
- (C) o voto é facultativo para maiores de sessenta anos e menores de dezoito anos,
- (D) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- (E) em regra, são elegíveis, no território de jurisdição do titular, os parentes afins, até o segundo grau, do Prefeito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

5) Sobre os princípios básicos que regem a Administração Pública, assinale a assertiva correta.

- (A) Independe de motivação o ato administrativo que determina a remoção *ex officio* de um servidor.
- (B) A proibição do preenchimento de cargos em comissão por cônjuges e parentes de servidores públicos é medida que se exige em atendimento ao princípio da eficiência.
- (C) A obrigatoriedade de concursos públicos é instrumento de efetivação do princípio da impessoalidade.
- (D) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado coloca a Administração Pública em condições de superioridade em face dos interesses privados.
- (E) A Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal consagrou o princípio da legalidade ao afirmar que administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

6) Caio, servidor público, conduzia veículo oficial a serviço da Administração federal e envolveu-se em acidente de trânsito do qual resultou prejuízo a particular. O particular acionou a União e esta foi condenada a indenizá-lo. De acordo com a Constituição Federal, o direito de regresso da Administração em face do servidor:

- (A) depende da comprovação de dolo e é afastado no caso de culpa, salvo se configurada inobservância de dever legal.
- (B) é possível, em razão da responsabilidade objetiva do agente, salvo quando comprovada culpa exclusiva da vítima ou causas excludentes da ilicitude.
- (C) independe de comprovação de dolo ou culpa, dada a sua natureza objetiva.
- (D) depende da comprovação de conduta dolosa ou culposa, dada a natureza subjetiva da responsabilidade do agente.
- (E) é afastado se configurada responsabilidade objetiva do Estado.

7) Em relação aos denominados atributos, um ato administrativo exarado por autoridade incompetente:

- (A) não produz efeitos, nem obriga terceiros, independentemente da sua invalidação, ante o princípio que desobriga o cumprimento de ordens manifestamente ilegais.
- (B) produz efeitos e deve ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina presunção de legitimidade ou veracidade.
- (C) produz efeitos e deve ser cumprido, a menos que decretada, pelo Poder Judiciário, sua invalidade, sendo vedada a autotutela na hipótese, o que se denomina executoriedade.
- (D) não produz efeitos, nem obriga terceiros, independentemente da sua invalidação, o que se denomina imperatividade.
- (E) produz efeitos e deve ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina autoexecutoriedade.

8) Em relação a Administração direta e indireta, analise as assertivas:

- I - Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta do Estado, criadas mediante prévia autorização legal, que exploram atividade econômica ou, em certas situações, prestam serviço público.
- II - As entidades autárquicas são pessoas jurídicas de direito público, de natureza administrativa, criadas por lei, para realizar, de forma descentralizada, atividades, obras ou serviços.
- III - As autarquias federais detêm autonomia administrativa relativa, estando subordinadas aos respectivos ministérios de sua área de atuação.
- IV - As empresas públicas, sejam elas exploradoras de atividade econômica ou prestadoras de serviços públicos, são entidades que compõem a administração indireta e por isso não se admite que seus atos e contratos sejam submetidos a regras do direito privado.
- V - Se determinada sociedade de economia mista exerça atividade econômica de natureza empresarial não é considerada integrante da administração indireta do respectivo ente federativo, pois, para ser considerada como tal, ela deve prestar serviço público.

Estão **corretas** as alternativas:

- (A) I, II e III
- (B) Somente a II
- (C) II e IV
- (D) I, II e V
- (E) I e II

DIREITO CIVIL

9) Quanto aos bens públicos, marque a alternativa correta:

- (A) Os rios e mares são bens de uso especial
- (B) As estradas ruas e praças são bens dominicais
- (C) O uso comum dos bens públicos será sempre gratuito
- (D) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião
- (E) O prédio de propriedade de um Município destinado pelo Prefeito Municipal para o funcionamento da sede da Secretaria de Administração do Município pode ser alienado, observadas as exigências da lei

10) Considere as seguintes assertivas quanto ao domicílio da pessoa natural:

- I – O domicílio dos absolutamente e relativamente incapazes é o mesmo dos seus representantes;
- II – Domicílio necessário é aquele imposto à pessoa natural pela lei, não excluindo o domicílio voluntário;
- III – Domicílio contratual ou convencional é aquele decorrente da vontade dos contratantes em fixar domicílio para cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato. Tal modalidade de domicílio não é permitida em nosso ordenamento jurídico.
- IV – Têm domicílio necessário: o preso, o militar, o servidor público e o advogado.

Estão corretas:

- (A) I
- (B) II
- (C) I e II
- (D) I, II e IV
- (E) III e IV

11) A ação pauliana pode ser utilizada quando estiver configurado o seguinte defeito do negócio jurídico:

- (A) Dolo
- (B) Coação
- (C) Fraude contra credores
- (D) Estado de perigo
- (E) Lesão

12) Considere as seguintes assertivas, acerca das obrigações:

- I – Havendo dois ou mais devedores e sendo a prestação indivisível, cada um será obrigado pela quota parte correspondente;
- II – O credor não pode renunciar à solidariedade em favor de algum dos devedores;
- III – Nas obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, a obrigação será extinta;
- IV – A solidariedade da obrigação se presume, além de resultar da lei ou da vontade das partes;
- V – Na solidariedade ativa, o credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

Estão corretas:

- (A) I, II, III, IV e V
- (B) I, III, V
- (C) II, IV, V
- (D) I, II, III
- (E) III e V

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13) Estão corretas as seguintes assertivas quanto à tutela provisória disciplinada no Novo Código de Processo Civil, EXCETO:

- (A) A tutela provisória possui duas espécies: de urgência e de evidência;
- (B) A tutela provisória de urgência é dividida em tutela cautelar e tutela antecipada;
- (C) O objeto da tutela cautelar é garantir o resultado final do processo;
- (D) A tutela cautelar pode ser concedida em caráter antecipada ou incidental.
- (E) A tutela antecipada pode ser concedida em caráter incidental, mas nunca em caráter antecedente.

14) Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, a sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda de bens havidos ilicitamente determinará a reversão dos bens em favor:

- (A) da União;
- (B) do Município onde ocorreu o dano;
- (C) do Estado da Federação onde ocorreu o dano;
- (D) da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito;
- (E) de instituição de caridade a ser indicada pelo Juiz que julgou a ação.

15) Considere a seguinte situação quanto às hipóteses de suspeição e impedimento do Juiz previstas no Código de Processo Civil:

Cláudio alugou apartamento de propriedade de Márcia e encontra-se em débito de 03 (três) meses de aluguel. Márcia é esposa do Juiz Federal José Carlos. Cláudio entrou com uma ação de indenização de danos morais contra a Caixa Econômica Federal e o processo foi distribuído para o Juiz Federal José Carlos.

Assinale a alternativa correta:

- (A) trata-se de hipótese de impedimento de José Carlos, uma vez que sua esposa é credora de Cláudio;
- (B) trata-se de hipótese de suspeição de José Carlos, uma vez que sua esposa é credora de Cláudio;
- (C) A situação acima não é caso de suspeição ou impedimento do Juiz Federal, uma vez que Cláudio é devedor somente de Márcia, esposa de José Carlos, e não do próprio Magistrado.
- (D) trata-se de configuração de impedimento e suspeição de José Carlos no caso retratado acima, podendo a parte alegar um ou outro ao juiz do processo.
- (E) Não cabe impedimento ou suspeição do Juiz nos processos de competência da Justiça Federal, conforme preceitua o Código de Processo Civil.

16) Em relação à modificação da competência, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) A competência relativa modificar-se-a pela conexão ou continência;
- (B) Duas ou mais ações serão conexas quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir;
- (C) Quando houver identidade entre 02 (duas) ou mais ações quanto às partes ou causa de pedir, mas o objeto de uma , por ser mais amplo, abrange o das demais, têm-se o fenômeno da continência;
- (D) A competência absoluta funcional em razão da pessoa, da matéria e funcional é inderrogável e não pode ser flexibilizada pela vontade das partes, em virtude da prevalência de interesse público sobre os interesses particulares;
- (E) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de sentenças conflitantes caso decididos separadamente, desde que haja conexão entre eles.

DIREITO PENAL

17) Considerando os princípios básicos de direito penal, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da culpabilidade impõe a subjetividade da responsabilidade penal. Logo, repudia a responsabilidade objetiva, derivada, tão só, de uma relação causal entre a conduta e o resultado de lesão ou perigo a um bem jurídico, exceto no caso dos crimes perpetrados por pessoas jurídicas.
- (B) Os princípios da legalidade e da irretroatividade da lei penal são aplicáveis à pena cominada pelo legislador, aplicada pelo juiz e executada pela administração, não sendo, todavia, esses princípios extensíveis às medidas de segurança, dotadas de escopo curativo e não punitivo.
- (C) Constituem funções do princípio da lesividade, proibir a incriminação de atitudes internas, de condutas que não excedam a do próprio autor do fato, de simples estados e condições existenciais e de condutas moralmente desviadas que não afetem qualquer bem jurídico.
- (D) O princípio da intervenção mínima não está previsto expressamente no texto constitucional nem pode dele ser inferido.
- (E) O princípio da humanidade proíbe a instituição de penas cruéis, como a de morte e a de prisão perpétua, mas não a de trabalhos forçados.

18) No que se refere às causas de exclusão de ilicitude, assinale a opção correta.

- (A) O consentimento do ofendido, considerado causa de exclusão de ilicitude, produz efeito se houver expressa manifestação de vontade da vítima, independentemente de o bem jurídico afetado ser disponível, ou seja, de ser bem jurídico de natureza pessoal ou patrimonial.
- (B) O médico que, sabendo que sua amante, grávida de um filho seu, corre risco de morrer em decorrência de complicações da gravidez, a submete a aborto, com o intuito de evitar que sua esposa tome conhecimento da gravidez, age em estado de necessidade justificante.
- (C) Responde por homicídio consumado, não sendo possível a alegação do estado de necessidade, o segurança que, contratado para defesa pessoal, não enfrenta cães ferozes que atacaram a pessoa que o contratou, causando-lhe a morte, já que era seu dever legal enfrentar o perigo.
- (D) Age impelido por estado de necessidade o bombeiro que se recusa a ingressar em prédio onde há incêndio de grandes proporções, com iminente risco de desabamento, para salvar a vida de alguém que se encontra em andar alto e que tenha poucas chances de sobreviver, dada a possibilidade de intoxicação por fumaça, se houver risco para sua própria vida.
- (E) Age em legítima defesa o autor de furto que, surpreendido pelo proprietário do imóvel por ele invadido, provoca-lhe lesões corporais ao se defender, com os próprios punhos, de agressão física consistente em golpe de imobilização.

19) De acordo com as disposições do Código Penal acerca da "prescrição," é correto afirmar que:

- (A) a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- (B) nos crimes permanentes, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que foi praticado o primeiro ato de execução, havendo sua interrupção com o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (C) o caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo total da pena aplicada, não sendo levado em conta o tempo de pena que já foi cumprido.
- (D) a prescrição da pena de multa ocorrerá em um ano, quando a multa for a única pena cominada ou aplicada, e no prazo de dois anos, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
- (E) o curso da prescrição não será interrompido pela publicação da sentença ou acórdão condenatório recorríveis, e nem pelo início ou continuação do cumprimento da pena, mas sim pela interposição de recurso da defesa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

20) Analise as proposições acerca do inquérito policial.

I. A *notitia criminis* inqualificada, de per si, é considerada pelos tribunais superiores como fundamento insuficiente capaz de ensejar a instauração de inquérito policial.

II. Existe dependência formal entre o inquérito policial e a ação penal com base nele ajuizada. Por essa razão, eventual mácula identificada no bojo das investigações criminais contaminará a ação penal superveniente.

III. O inquérito policial pode ser considerado uma importante garantia do Estado Democrático de Direito, na medida em que, ao promover diligências na tentativa da colheita preliminar de provas concretas da materialidade de um delito e de indícios robustos de sua autoria, pode emprestar à ação penal a justa causa necessária ao seu ajuizamento ao mesmo passo em que pode impedir o processamento criminal de inocentes, preservando-os de acusações judiciais infundadas e temerárias.

IV. A instauração de inquérito policial é uma das causas interruptivas da prescrição penal.

V. Em regra, nos delitos que ensejam ação penal pública condicionada à representação, o inquérito policial somente deverá ser instaurado se houver representação do ofendido ou de seu representante legal. Segundo orientação do STJ, a representação em comento não exige formalidade específica, bastando que expresse a vontade do legitimado na apuração do fato criminoso.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) Apenas as proposições I, III e V.

(B) Apenas as proposições I e IV.

(C) Apenas as proposições I, II e V.

(D) Apenas as proposições II, III e IV.

(E) Apenas as proposições III, IV e V.

21) Carlos é denunciado por crime de roubo. Recebendo a denúncia, o juiz determina a citação do réu para oferecimento de resposta escrita preliminar, no endereço indicado pelo próprio réu em seu interrogatório policial. O mandado de citação é negativo, tendo o oficial de justiça certificado que Antônio não reside naquele local há um mês, sendo que o atual morador não soube informar seu novo endereço. Assinale a alternativa que indique como deve agir o juiz.

(A) O juiz, como o réu mudou de endereço sem comunicar o juízo, deve decretar sua revelia e nomear-lhe um advogado dativo para apresentar a resposta escrita preliminar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.

(B) O juiz deve esgotar os meios disponíveis para localizar o réu. Frustrada sua localização, deve citá-lo por edital, com prazo de quinze dias. Se o réu não comparecer e não constituir advogado, o juiz deve decretar sua revelia e suspender o processo e o curso da prescrição pelo prazo máximo de 90 dias, devendo decretar sua prisão preventiva.

(C) O juiz deve citar o réu por edital, com prazo de quinze dias. Se o réu não comparecer e não constituir advogado, o juiz deve decretar sua revelia e suspender o processo e o curso da prescrição, podendo decretar sua prisão preventiva.

(D) O juiz deve esgotar os meios disponíveis para localizar o réu. Frustrada sua localização, deve citá-lo por edital, com prazo de quinze dias. Se o réu não comparecer e não constituir advogado, o juiz deve decretar sua revelia e nomear-lhe um defensor dativo para apresentar a resposta escrita preliminar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.

(E) O juiz deve esgotar os meios disponíveis para localizar o réu. Frustrada sua localização, deve citá-lo por edital, com prazo de quinze dias. Se o réu não comparecer e não constituir advogado, o juiz deve decretar sua revelia e suspender o processo e o curso da prescrição, podendo decretar sua prisão preventiva.

22) Os Prazos No Processo Penal:

(A) contam-se, para a defesa, a partir da data da juntada, aos autos, do mandado, da carta precatória ou de ordem;

(B) contam-se, para o ministério público, a partir da efetiva entrada dos autos no ofício do promotor natural;

(C) contam-se, para a defesa, a partir da data da intimação, e não da data de juntada, aos autos, do mandado, da carta precatória ou de ordem;

(D) contam-se, para o ministério público, a partir da data da publicação de despacho na imprensa oficial.

(E) contam-se, para todos indistintamente, a partir da publicação na imprensa oficial.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

23) Nos Juizados Especiais Cíveis, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Relativamente ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, como regulamentado pela Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta.

- a) Tem competência para julgamento de ação de despejo para uso próprio.
- b) Podem nele tramitar demandas cujo valor da causa não supera 60 (sessenta) salários-mínimos.
- c) Das sentenças nele proferidas, caberá recurso de apelação.
- d) Poderá ser parte o incapaz, desde que acompanhado de um de seus genitores.
- e) O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

24) O juizado especial cível da justiça federal é competente para processar e julgar:

- a) causa entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil.
- b) ação sobre bem imóvel da União
- c) ação de anulação de ato administrativo federal de lançamento fiscal.
- d) mandado de segurança referente a disputa sobre direitos indígenas.
- e) causa entre organismo internacional e município brasileiro.

25) Caso não seja cumprida voluntariamente sentença transitada em julgado no âmbito do juizado especial cível:

- a) o interessado deverá solicitar, por escrito, a execução da sentença, sendo necessária nova citação.
- b) o juiz determinará ao vencido o imediato cumprimento da sentença, sob pena de aplicação de multa diária.
- c) proceder-se-á desde logo à execução mediante solicitação do interessado, que poderá ser verbal, dispensada nova citação.
- d) o juiz procederá, de ofício, à execução da sentença.
- e) não será admitida a execução da sentença no próprio juizado.

26) Sobre os Juizados Especiais Cíveis, instituídos pela Lei nº 9.099/95, é correto afirmar, EXCETO:

- a) As pessoas jurídicas qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público, nos termos da Lei nº 9.790/99, são admitidas a propor ação perante o Juizado Especial.
- b) A ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela Lei nº 9.099/95 deve ser ajuizada no prazo de 02 (dois) anos a contar do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.
- c) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- d) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de Organização Judiciária.
- e) Todas as alternativas anteriores são corretas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO:

27) Joaquim, que é filiado ao RGPS na condição de contribuinte individual, completará sessenta e cinco anos de idade no dia 1.º/1/2018, data após a qual ele pretende requerer aposentadoria por idade em uma agência da previdência social. Nessa situação hipotética, Joaquim:

- a) terá o benefício calculado em 100% do salário de benefício, independentemente do tempo de contribuição.
- b) não poderá receber valor inferior a um salário mínimo e não fará jus a abono anual.
- c) somente terá direito ao benefício caso tenha, no mínimo, trinta e cinco anos de tempo de contribuição.
- d) terá direito ao benefício caso tenha feito, no mínimo, cento e oitenta contribuições mensais ao RGPS.
- e) não fará jus à aposentadoria caso seja beneficiário de pensão por morte.

28) No que diz respeito à cumulação de benefícios no Regime Geral de Previdência Social é correto afirmar:

- a) é possível a cumulação do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e salário-família.
- b) a cumulação de benefícios é sempre possível, inexistindo qualquer regra restritiva.
- c) nunca é possível a cumulação de benefícios.
- d) é exemplo de cumulação permitida o recebimento concomitante de dois auxílios-doenças para pessoa que se encontre temporariamente incapacitada e que exerça mais de uma atividade laboral vinculada ao Regime Geral.
- e) só é possível falar em cumulação de benefícios previdenciários quando o beneficiário estiver vinculado concomitantemente a regimes previdenciários distintos.

29) O auxílio-acidente é um benefício devido ao segurado que se encontra na condição de:

- a) aposentado em razão de acidente e que necessite de assistência permanente de outra pessoa.
- b) vítima de acidente que, após consolidadas as lesões decorrentes do acidente e o retorno às suas atividades laborais, sofra redução na capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- c) incapacitado para o exercício de suas atividades habituais e que não disponha de tempo suficiente para o recebimento da aposentadoria por invalidez.
- d) vítima de acidente de trabalho que fique incapacitado por período inferior a quinze dias.
- e) vítima de acidente e que esteja incapacitado para o trabalho por tempo indeterminado.

30) Augusto contribuiu para a previdência por alguns anos e, posteriormente, perdeu a qualidade de segurado. Para que essa contribuição anterior seja contada para efeito de carência é necessário que, a partir da nova filiação, Augusto conte com, no mínimo:

- a) 10 meses de contribuições consecutivas.
- b) metade do número de contribuições exigidas para a carência do benefício requerido.
- c) 14 meses de contribuições consecutivas ou intercaladas.
- d) um terço do número de contribuições exigidas para a carência do benefício requerido.
- e) três quartos do número de contribuições exigidas para a carência do benefício requerido.

GABARITO:

1- B 11- C 21- E

2- A 12- E 22- C

3- B 13- E 23- A

4- D 14- D 24- C

5- C 15- B 25- C

6- D 16- E 26- B

7- B 17- C 27- D

8- E 18- D 28- A

9- D 19- A 29- B

10 – C 20- A 30- D